

Globethics Repository



Ecologia nos documentos da Igreja Católica [Ecology in documents of Catholic Church]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy
of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Garmus, Ludovico
Publisher	EATWOT's International Theological Commission
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-15 19:02:01
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/189128

Ecologia nos documentos da Igreja Católica

Fr. Ludovico GARMUS

SÍNTESE: O estudo apresenta um apanhado das preocupações da Igreja Católica sobre a questão ambiental, colhidas nos vários documentos, desde o Vaticano II até a V Conferência Latino-Americana, de Aparecida. Torna-se bastante incisiva, sobretudo, nos pronunciamentos dos Papas Paulo VI e João Paulo II. Está bem presente na temática de várias Campanhas da Fraternidade promovidas pelo Episcopado do Brasil. Notáveis são também os posicionamentos sobre o ambiente nas Conferências Episcopais Latino-Americanas (CELAM), Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida. O estudo mostra que a Igreja, preocupada em orientar os fiéis e a sociedade na luta pela preservação de todas as formas de vida, tem acompanhado com atenção problemática da ecologia. A Igreja toma posição frente aos problemas ambientais, recorrendo à Sagrada Escritura, à Teologia e ao Magistério.

ABSTRACT: This study presents a series of concerns of the Catholic Church about the environmental issue extracted from various documents from the Vatican II until the 5th Latin American Conference of Aparecida. The issue becomes quite sharply defined in the pronouncements of Popes Paul VI and John Paul II. It is also clearly present in the theme of the various Fraternity Campaigns promoted by the Brazilian Bishops. The stated opinions about the environment at the Latin American Episcopal Conferences of Medellín, Puebla, Santo Domingo and Aparecida are also remarkable. The study shows that the Church, being concerned with guiding the faithful and society in the struggle for the preservation of all forms of life, has followed the problems of the ecology with great care. It also takes a stand in the face of environmental problems by resorting to the Sacred Scripture, to Theology and to the Magisterium.

Introdução

Abordar os aspectos do Documento de Aparecida (DAP) relacionados com a ecologia no espaço de um artigo, originado de uma comunicação numa Semana Teológica,¹ só é possível de uma maneira geral. As considerações que encontraremos no Documento de Aparecida serão mais compreensíveis, supondo a caminhada da Igreja Católica como um todo e mesmo acontecendo com outras Igrejas – nos últimos quarenta anos. Poderíamos colocar o DAP no contexto, mais amplo, das discussões ecológicas, o da sociedade planetária ou global, isto é, dos Organismos Internacionais (ONU) e das Conferências de caráter ambiental. Poderíamos trazer e comentar textos elaborados pelas Conferências Episcopais de vários países, regiões ou continentes. Poderíamos abordar textos de caráter ecumênico internacional e nacional. Poderíamos citar documentos e pronunciamentos relacionados com as preocupações ambientais de dezenas de dioceses e regionais do Brasil. Tudo isso haveria de enriquecer o presente texto, mas extrapolaria a possibilidades e os objetivos ora traçados. Para nossas finalidades, achamos por bem ater-nos aos pronunciamentos dos Papas e do Vaticano e de outros documentos pontifícios, aos pronunciamentos e documentos mais importantes do Episcopado Brasileiro e aos documentos oficiais do Episcopado Latino-americano.

1. Magistério Eclesiástico e pronunciamentos do Papa

1.1 Concílio Vaticano II: *Gaudium et Spes*, n. 37, 64, 69 e 70

A problemática da ecologia não era ainda uma preocupação dos padres conciliares. Também não era de se esperar que o fosse, pois o assunto ainda não estava na pauta das discussões da sociedade. Mesmo assim, na *Gaudium et Spes* (GS) alguns acenos indiretos aparecem. Fala-se de mudanças profundas e rápidas que se estendem progressivamente ao universo inteiro, provocadas pela inteligência e atividade humanas (n. 4). Lembra-se que o ser humano foi criado à imagem de Deus (n. 12 e n. 34), “constituído senhor de todas as coisas terrenas, para que as dominasse e usasse, glorificando a Deus” (cf. Gn 1,26; Sb 2,23; Eclo 17,3-10), e que Deus fez boas todas as coisas (Gn 1,31). A atividade humana, porém, foi corrompida pelo pecado (n. 37). Mas, “remido por Cristo e tornado criatura nova no Espírito Santo, o homem pode e deve amar as próprias

1. Trata-se da 8ª Semana Teológico-Pastoral, promovida pela PUC-Rio, pelo Instituto de Filosofia e Teologia Paulo VI (IFITEPS – Nova Iguaçu) e pelo Instituto Teológico Franciscano (ITF – Petrópolis), de 24 a 26 de outubro de 2007, na sede da PUC-Rio.

coisas criadas por Deus. Pois ele as recebe de Deus e as olha e respeita como que saindo de suas mãos. Agradece ao Benfeitor os objetos criados e os usa para seu bem, na nobreza e liberdade de espírito. É assim introduzido na verdadeira posse do mundo, como se nada tivesse, mas possuísse tudo. “Tudo é vosso, mas vós sois de Cristo, e Cristo é de Deus” (1Cor 3,22-23). Mas a esperança de um “novo céu e uma nova terra” (2Pd 3,13; Ap 21,1-5; Rm 8,19-23), “longe de atenuar, antes deve impulsionar a solicitude pelo aperfeiçoamento desta terra” (GS 39).

Um dos princípios lembrados pelo Concílio Vaticano II é o do destino universal dos bens, princípio este que sempre de novo voltará em documentos sucessivos da Igreja: “Deus destinou a terra, com tudo que ela contém, para o uso de todos os homens e povos, de tal modo que os bens criados devem bastar a todos, com equidade, sob as regras da justiça, inseparável da caridade” (GS 69). Por isso, os mais ricos têm a obrigação de socorrer os pobres não somente com o que lhes é supérfluo. As decisões sobre a vida econômica devem atender às necessidades individuais e coletivas da geração presente. Por outro lado, é preciso “prever o futuro, estabelecendo justo equilíbrio entre as necessidades atuais de consumo, individual e coletivo, e as exigências de inversão de bens para as gerações futuras” (GS 70). Assim, aqui já está delineado o tema, que será mais tarde discutido, do “desenvolvimento sustentável”.

1.2 Paulo VI e suas preocupações ecológicas

Já em 1967, Paulo VI, na *Populorum Progressio*², falando do progresso dos povos, coloca um dos princípios que ainda hoje podem nortear as atitudes humanas diante do meio ambiente. Diz ele: “Herdeiros das gerações passadas e beneficiários do trabalho dos nossos contemporâneos, temos obrigações para com todos, e não podemos desinteressar-nos dos que virão depois de nós” (n. 17).

A partir da década de 70, a Igreja tem acompanhado a questão ecológica com assiduidade. Destacamos alguns trechos da mensagem do papa Paulo VI às Nações Unidas, que reforçam as preocupações da comunidade mundial reunida para esta conferência³. “Hoje, de fato, há maior consciência de que o homem e o ambiente em que ele vive são mais do que nunca inseparáveis”. Insiste o Papa na necessidade de respeitar

2. PAULO VI, *O desenvolvimento dos povos. Carta Encíclica Populorum progressio* (Documentos Pontifícios – 165), 15ª ed., Vozes, Petrópolis 1991, n. 17, p. 11.

3. PAULO VI, Mensagem enviada ao Secretário Geral da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, em: *SEDOC 5* (1972-1973) col. 159-162.

os limites da regeneração da natureza: O homem deve “respeitar as leis que regulam o impulso vital e a capacidade de regeneração da natureza; ambos, portanto, são solidários e compartilham um futuro temporal comum”. Dependendo do modo como agirmos com a natureza, serão “os fatores de interdependência, para o melhor ou para o pior, para a esperança de salvação ou para o risco do desastre”. O homem já se tornou uma ameaça para si mesmo, com suas armas atômicas, químicas e bacteriológicas. E o Papa se pergunta: “Mas como se hão de ignorar os desequilíbrios provocados na biosfera, devidos à exploração desordenada das reservas físicas do planeta, até com o propósito de produzir os bens úteis, como, por exemplo, o desperdício dos recursos naturais não renováveis, a poluição do solo, da água, do ar e do espaço, com os consequentes atentados contra a vida vegetal e animal?” A técnica pode ser usada para minorar os males já causados ao ambiente. “Mas todas as medidas técnicas serão ineficazes – frisa o Papa –, se não forem acompanhadas por uma tomada de consciência da necessidade de uma transformação radical de mentalidades”. Paulo VI aponta a figura de São Francisco de Assis como modelo para nossa relação com a natureza: “Como poderíamos deixar de evocar aqui o exemplo imorredouro de São Francisco de Assis e deixar de mencionar as grandes Ordens contemplativas cristãs, que oferecem o testemunho de uma harmonia interior, obtida no âmbito de uma comunhão confiante nos ritmos e nas leis da natureza?” Por fim, partindo da frase de Paulo a Timóteo: “Toda criatura de Deus é boa” (cf. 1Tm 4,4, que repete Gn 1), o Papa diz: “Governar a natureza significa, para a raça humana, não destruí-la, mas aperfeiçoá-la; não transformar o mundo num caos inabitável, mas numa bonita casa, ordenada no respeito por todas as coisas”. O ambiente natural não deve ser objeto de apropriação pessoal exclusiva, mas é um bem comum, um patrimônio da humanidade.

Paulo VI, no seu discurso por ocasião do XXV aniversário da FAO (Organização Mundial para a Agricultura e Alimentação, 22/11/1970), elogia os grandes esforços desenvolvidos para um melhor aproveitamento das terras, águas, florestas e oceanos, que resultaram em maior produtividade das culturas, no melhoramento da fertilidade do solo, com o uso racional da irrigação. Adverte, porém: “O ritmo acelerado, a realização concreta destas possibilidades técnicas não se verifica sem causar nocivas repercussões no equilíbrio do nosso ambiente natural, e a deterioração progressiva daquilo que convencionalmente se chama ‘meio ambiente’, sob o efeito dos contragolpes da civilização industrial, corre o risco de acabar numa verdadeira catástrofe ecológica”. E cita alguns danos já causados: a qualidade do ar e da água potável, a contaminação de praias e oceanos e a ameaça de equilíbrio de várias espécies. Enfim, o homem causa desequilíbrio à natureza, posta à sua disposição pelo desígnio amoroso de Deus (Sl 65,10-14). O homem ao longo de milênios “aprendeu a

submeter a natureza, a dominar a terra (Gn 1,28)... Agora, soou a hora de ele dominar o seu próprio domínio”⁴.

Em 1971, na Carta Apostólica *Octogésima Adveniens*⁵, volta a advertir para as consequências dramáticas provocadas pela atividade humana: “De um momento para o outro, o homem toma consciência dela: por motivo de uma exploração inconsiderada da natureza, começa a correr o risco de a destruir e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação. Não só o ambiente material já se torna uma ameaça permanente – poluições e resíduos, novas doenças, poder destruidor absoluto – é o mesmo quadro humano que o homem não consegue dominar, criando assim, para o dia de amanhã, um ambiente global, que poderá tornar-se insuportável. Problema social de envergadura, este, que diz respeito à inteira família humana... O cristão deve voltar-se para estas percepções novas, para assumir a responsabilidade, juntamente com os outros homens, por um destino, na realidade, já comum”.

Na Bula *Apostolorum Limina* (1974) sobre o Ano Santo⁶, entre os problemas que perturbam a humanidade e deveriam ser iluminados pelas celebrações do Ano Santo, Paulo VI cita “desde os econômicos e sociais aos da ecologia, passando pelos das fontes de energia, da libertação dos oprimidos e da elevação de todos a uma maior dignidade de vida”.

Em nome do Papa Paulo VI, o delegado do Vaticano à *Conferência mundial da população*, convocada pela ONU (01/09/1974), lembra que, segundo dados técnicos, existem possibilidades de criar recursos alimentares e recursos energéticos para uma população muito maior, mas os países ricos, que consomem 87% da energia disponível precisam mudar seu estilo de vida consumista, deletério para a natureza e o ambiente⁷.

1.3 A ecologia nos pronunciamentos do Papa João Paulo II

Cinco meses após a eleição, o Papa João Paulo II publica a Carta Encíclica *Redemptor Hominis* (04/03/1979), na qual já aparece sua preocupação ecológica: “As políticas que regem a economia mundial submetem o homem a tensões por ele mesmo criadas, dilapidando num ritmo acelerado os recursos materiais e energéticos, comprometendo o ambiente geofísico. Tais estruturas ampliam incessantemente as zonas de miséria, e com isso, a angústia, a frustração e a amargura”⁸. A exploração

4. Cf. *SEDOC* 3 (1970-1971) col. 930.

5. Cf. *idem*, col. 1444-1465, n. 21.

6. Cf. *SEDOC* 7 (1974-1975) col. 328-329.

7. Cf. *idem*, col. 766.

8. *Enchiridion Vaticanum. Documenti ufficiali della Santa Sede*, vol. 6., EDB, Bologna 1980, n. 1223, p. 883.

da terra e do planeta para fins industriais e militares e a técnica não controlada, “trazem muitas vezes consigo a ameaça para o ambiente natural do homem, alienam-no nas suas relações com a natureza e o separam da mesma natureza”. Tal atitude é contrária à vontade do Criador que colocou o homem como ‘senhor’ e ‘guarda’, e não como ‘desfrutador’ e ‘destruidor’ (*Redemptor Hominis*, n. 15).

Na Carta Apostólica *Appropinquat iam Synodus*, preparando o VI Sínodo dos bispos, o Papa aponta, entre outros, alguns temas relacionados com o meio ambiente: “No plano material a questão ambiental levada avante, merece um novo estudo e impulso. O complexo problema energético pode muito bem ser visto neste contexto, de modo que os recursos energéticos mais eficazes e apropriados sejam disponibilizados sem um inútil desperdício no uso dos materiais”.⁹

Na Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* (30/12/1987) João Paulo II aborda, em diferentes momentos, a questão ecológica:¹⁰ “Entre os sinais positivos do presente é preciso registrar, ainda, uma maior consciência dos limites dos recursos disponíveis, a necessidade de respeitar a integridade e os ritmos da natureza e de tê-los em conta na programação do desenvolvimento, em vez de sacrificá-los a certas concessões demagógicas. É, afinal, aquilo que se chama hoje com o termo *preocupação ecológica*”. Mais adiante (n. 29), insiste no limite do domínio humano sobre a criação: “O domínio conferido ao homem pelo Criador não é um poder absoluto, nem se pode falar de liberdade de ‘usar e abusar’, ou de dispor das coisas como bem lhe agrada. A limitação imposta pelo mesmo Criador, desde o princípio, é expressa simbolicamente com a proibição de ‘comer o fruto da árvore’ (cf. Gn 2,16-17)... Uma justa concepção do desenvolvimento não pode prescindir do respeito pelos seres que formam a natureza visível... Não se pode fazer, impunemente, uso das diversas categorias de seres, vivos ou inanimados – animais, plantas, elementos naturais – a bel prazer, segundo as próprias necessidades econômicas” (n. 34). O desenvolvimento deve ser condicionado às possibilidades de renovação dos recursos naturais. Deve basear-se “na constatação mais urgente das *limitações dos recursos naturais*, alguns dos quais *não renováveis*. Usá-los como se fossem inesgotáveis, com domínio absoluto, põe seriamente em perigo sua disponibilidade não só para a geração presente, mas, sobretudo, para as futuras gerações” (n. 34).

⁹. *Enchiridion Vaticanum*, op. cit., vol. 7 n. 552, p. 523-524.

¹⁰. *Sollicitudo Social. Carta Encíclica de João Paulo II* (col. Voz do Papa 117), Paulinas, São Paulo 1988, n. 26, p. 45.

Na homilia pronunciada em Punta de Arenas,¹¹ João Paulo II relaciona a paz entre os homens com a paz com a natureza: “Quero, enfim, referir-me à outra preocupação, em certo modo relacionada com a paz: *a paz do homem com a natureza*. Como sabeis, em não poucas regiões do mundo encontramos-nos ante perigos e ameaças à ecologia, que não só causam gravíssimos danos ao esplendor da natureza, mas também afetam gravemente o mesmo homem, ao tentar contra o seu equilíbrio vital e o seu futuro. Meu predecessor o Papa Paulo VI faz presente já esta preocupação ao dizer: ‘de um momento para o outro, o homem toma consciência dela: por motivo de uma exploração inconsiderada da natureza, começa o risco de a destruir e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação’ (*Octogesima Adveniens*, 21). A Igreja não é contra o progresso científico e técnico: ‘a técnica é indubitavelmente uma aliada do homem. Ela facilita-lhe o trabalho, aperfeiçoa-o e o multiplica’ (*Labore Exercens*, 5). Mas o progresso técnico não deve assumir o caráter de domínio sobre o homem e de destruição da natureza. A técnica, no sentido querido por Deus, deve servir o homem, e o homem deve entrar em contato com a natureza como guarda inteligente e nobre, e não como explorador sem escrúpulo (cf. *Redemptor Hominis*, 15)”... “Hoje, queridos filhos, nos umbrais do V Centenário da evangelização da América, a Igreja pede-vos um particular empenho na obra de reconciliação e pacificação: com Deus, com o irmão, com a natureza inteira”.

Já em 1983, no Documento preparatório para a VI Assembléia Geral do Sínodo dos Bispos, o Papa relacionava a reconciliação entre os homens com a reconciliação com a natureza: “Em geral, não há reconciliação entre os homens sem uma reconciliação com toda a natureza. É certamente um sinal da vontade inicial do Criador: ‘À tua imagem formaste o homem, a suas mãos operosas confiaste o universo, para que na obediência a ti, seu Criador, exercesse o domínio sobre toda a criação’ (*IV Oração Eucarística*). O exemplo de S. Francisco de Assis é válido ainda hoje”.¹²

Na Exortação pós-sinodal *Christi Fideles laici* (30/12/1988) o Papa lembra que os dons da natureza, recebidos de Deus pelo ser humano, devem ser cuidados, usados com respeito e amor e passados em melhores condições para as gerações futuras: “Certamente o homem recebeu do próprio Deus a tarefa de ‘dominar’ as coisas criadas e de ‘cultivar o jardim’ do mundo; mas esta é uma tarefa que o homem deve cumprir num respeito absoluto da imagem divina recebida e, portanto, com inteligência

11. Artífices da paz que é fruto de justiça (04/04/1987), em: *SEDOC* 20 (1987-1988) 30-31.

12. *Instrumentum laboris. La riconciliazione e la penitenza nella missione della Chiesa* (25/01/1983), em: *Enchiridion Vaticanum*, v. 8, p. 454-465.

e amor. Deve sentir-se responsável pelos dons que Deus lhe concedeu e continuamente lhe concede. O homem tem em mãos um dom que deve passar – e, se possível, melhorado – às gerações futuras, também elas destinatárias dos dons do Criador”.¹³

Em 1990, na sua mensagem para a 23ª jornada mundial pela paz,¹⁴ o Papa novamente relaciona a paz com Deus Criador e a paz com a criação: “Nota-se, hoje, a crescente consciência que a paz mundial está ameaçada, além da corrida armamentista, dos conflitos regionais e das injustiças ainda existentes nos povos e entre nações, também pela falta do devido *respeito pela natureza*, pela desordenada exploração dos recursos e a progressiva deterioração da qualidade de vida. Diante da generalizada degradação do ambiente, a humanidade se dá conta que não pode continuar a usar os bens da terra como no passado... Está se formando uma *consciência ecológica*, que deve ser incentivada, a fim de que se desenvolva e amadureça para encontrar expressões adequadas em programas e iniciativas concretas” (n. 1). Como fundamentação bíblica, o Papa lembra que, depois de ter criado o homem e a mulher, o texto diz: “E Deus viu tudo quanto havia feito, e eis que era muito bom” (Gn 1,31). Confiou ao homem e à mulher todo o resto da criação e “descansou de toda obra” (2,3). ‘O chamado de Adão e Eva a participar na concretização do plano de Deus sobre a criação estimulava as qualidades e os dons que distinguem a pessoa humana de todas as criaturas e, ao mesmo tempo, estabelecia uma relação ordenada entre o homem e toda a criação. Feitos à imagem e semelhança de Deus, Adão e Eva deveriam ter exercido seu domínio sobre a terra (cf. Gn 1,28) com sabedoria e amor. Mas eles, com seu pecado, destruíram a harmonia existente, *pondo-se deliberadamente contra o desígnio do Criador*. Isso trouxe não só a alienação do próprio homem, à morte e ao fratricídio, mas também a uma rebelião da terra em relação a ele (cf. Gn 3,17-19; 4,12). Toda a criação foi sujeita à caducidade e, desde então, de modo misterioso, espera ser libertada para entrar na liberdade gloriosa, junto com todos os filhos de Deus” (cf. Rm 8,20-21). Em seguida, o Papa fala da reconciliação feita pela ressurreição de Cristo (Cl 1,19-20), da renovação da criação antes submetida à escravidão (Ap 21,5; Rm 8,21), dos “novos céus e da nova terra” (2Pd 3,13) e da recapitulação de tudo em Cristo (Ef 1,9-10). Estas passagens bíblicas iluminam a relação entre o agir humano e a integridade da criação. Se o homem não está em paz com o Criador, toda a criação sofre (Os 4,3). Menciona tam-

13. *Enchiridion Vaticanum*, vol. 11, p. 1165, 1167, n. 43.

14. Pace con Dio creatore, pace con tutto il creato. Messaggio del papa per la giornata della pace, em: *Il Regno – Documenti* 35/1 (1990) 1-4.

bém outras questões: a crise ecológica como problema moral, a busca de uma solução, a urgência de uma nova solidariedade e a responsabilidade de todos na questão ecológica. Por fim, conclui: “São Francisco de Assis, que em 1979 proclamei patrono celeste dos ecólogos, oferece aos cristãos o exemplo do autêntico respeito pela integridade da criação. Amigo dos pobres, amado pelas criaturas de Deus, ele convidou a todos – animais, plantas, forças da natureza, inclusive o irmão sol e a irmã lua – a honrar e louvar o Senhor. Do Pobrezinho de Assis vem o testemunho que, estando em paz com Deus, podemos melhor dedicar-nos a construir a paz com toda a criação, que é inseparável da paz entre os povos” (n. 16).

Na Carta Encíclica *Centesimus Annus* (01/05/1991),¹⁵ João Paulo II, depois de alertar para o fenômeno do consumismo, prejudicial à saúde física e espiritual, fala da degradação do ambiente natural: “O homem descobre a sua capacidade de transformar e, de certo modo, criar o mundo com o próprio trabalho, esquece que este se desenrola sempre sobre a base da doação originária das coisas por parte de Deus. Pensa que pode dispor arbitrariamente da terra, submetendo-a sem reservas à sua vontade, como se ela não possuísse uma forma própria e um destino anterior que Deus lhe deu, e que o homem pode, sim, desenvolver, mas não deve trair. O homem, em vez de realizar o seu papel de colaborador de Deus na obra da criação, substitui-se a Deus, e deste modo acaba provocando a revolta da natureza mais tiranizada que governada por ele”. O homem precisa também aprender a zelar pelo ambiente humano, isto é, pela ‘ecologia humana’ e ‘ecologia social’ do trabalho” – diz o Papa. Sendo a família a primeira e fundamental estrutura a favor da “ecologia humana”, denuncia “campanhas sistemáticas contra a natalidade, baseadas numa concepção distorcida do problema demográfico e na falta de respeito às decisões dos pais”.

Na Semana de estudos da Pontifícia Academia de Ciências (1992), dedicada ao estudo entre o acentuado crescimento demográfico, seu impacto no meio ambiente e a disponibilidade dos recursos naturais,¹⁶ João Paulo II lembra: “A Igreja, como ‘perita em humanidade’, promove o princípio da maternidade e da paternidade responsáveis, e considera seu dever principal chamar urgentemente a atenção para a moralidade dos métodos aplicados. O respeito pela pessoa e pelos direitos inalienáveis da pessoa deve existir sempre. O incremento ou a forçada diminuição da população são em parte causados pela carência de instituições sociais; os danos provocados no meio ambiente e a aumentada escassez de recursos

15. SEDOC, 24 (1991-1992) n. 36-38, p. 34-36.

16. *Idem*, p. 642-646.

naturais derivam, com frequência, dos erros humanos” (n. 4-5). A preservação da natureza não se consegue simplesmente diminuindo a população e, sim, corrigindo os erros. É preciso agir no âmbito da educação e coibir a destruição do meio ambiente, causada pela indústria e pelos produtos industriais (n. 8). Se não mudarmos nosso estilo de vida consumista (n. 9), será difícil melhorar o meio ambiente: “O dinamismo do crescimento demográfico, a complexidade da descoberta e da distribuição dos recursos, bem como as suas recíprocas conexões e conseqüências para o meio ambiente, constituem um desafio prolongado e exigente. Só mediante um novo e rigoroso estilo de vida, que vem do respeito pela dignidade da pessoa, é que a humanidade será capaz de enfrentar este desafio de maneira adequada” (cf. *Dignitatis Humanae*, 3).

Numa carta ao Secretário Geral da Conferência Internacional sobre população e desenvolvimento (1994), o Papa retorna à questão demográfica, relacionando-a com o meio ambiente:¹⁷ “O desenvolvimento – diz ele – apresenta inevitavelmente a questão das implicações ambientais do crescimento demográfico. A questão ecológica, no seu próprio fundamento, é também moral. Enquanto o crescimento demográfico é, com frequência, considerado responsável por problemas ambientais, estamos conscientes de que a questão é bem mais complexa. Os padrões de consumo e desperdício, de modo particular nos países desenvolvidos, a destruição dos recursos naturais, a ausência de restrições ou de salvaguardas nalguns processos industriais ou de produção em geral, tudo isto põe em perigo o meio ambiente natural” (n. 9). É o modelo econômico baseado na produção e no consumo, que determina a qualidade do ambiente. Políticas errôneas é que causam a degradação do ambiente. Por isso, as nações desenvolvidas devem rever seus padrões de consumo em respeito aos contemporâneos e às gerações futuras. Em seu desenvolvimento elas devem buscar tecnologias menos poluidoras.

Conexa com a questão demográfica e a degradação do ambiente está o problema endêmico da fome no mundo. Esta questão é abordada duas vezes pelo Pontifício Conselho *Cor Unum*. Em 1988 o documento cita alguns fatores ecológicos causadores da fome:¹⁸ a destruição dos recursos naturais e das florestas, catástrofes naturais, o abuso de fertilizantes químicos e pesticidas, o lixo radioativo etc.

17. Cf. *Idem*, 27 (1994-1995) 9-15.

18. PONTIFÍCIO CONSELHO COR UNUM, Reflexões sobre o problema da fome, em “A fome no mundo: novo desafio e novos compromissos para a Igreja” (22/11/1988), em: *Enchiridion Vaticanum*, v. 11, EDB, Bologna 1991, p. 974-975.

Em 1996 aborda o problema da fome dentro da cadeia de interação de ecossistemas, que interagem positiva e negativamente uns sobre os outros:¹⁹ “Na própria cadeia da produção alimentar, todos os homens percebem-se como elementos ativos e passivos de um ecossistema. Um novo campo de responsabilidade se abre às consciências. Não se pode querer simultaneamente nutrir um número maior de pessoas e enfraquecer a agricultura. Todavia, a agricultura torna-se tanto mais poluidora (com recurso máximo a insumos, pesticidas e maquinários), quanto mais difusa se torna a industrialização... Ao lado de outros elementos necessários à vida, ar e água, terrenos e florestas são ameaçados de poluição pelo consumo excessivo, pela desertificação provocada pelo homem e pelo desmatamento. Em cinquenta anos, metade das florestas tropicais foram arrasadas, muitas vezes para conseguir terras, o por políticas cegas de exploração acelerada, voltadas ao re-equilíbrio do ônus da dívida. Nas regiões mais pobres, a desertificação é provocada por práticas de sobrevivência que aumentam a pobreza; pastoreio excessivo, corte de árvores e arbustos para cozer alimentos ou para calefação” (n. 30). No mesmo contexto, o Papa aborda a necessidade de uma administração ecologicamente sadia do planeta. Esta administração deverá integrar nos custos econômicos o impacto ambiental, compreendendo melhor os nexos entre ecologia e atividade econômica, para que o desenvolvimento seja duradouro e equitativo, evitando novas distorções, além das atuais (p. 425, n. 31).

Na *Evangelium Vitae* (23/03/1995), João Paulo II faz um apelo: “O homem é convidado a uma verdadeira conversão a fim de reconhecer a beleza da criação e preservar ‘o bem comum’ de toda a humanidade. Ele é convidado a libertar-se da escravidão do consumo e da corrida para ter ‘sempre mais’. Deve reencontrar o sentido da gratuidade e mudar o próprio modo de ver, a fim de aprender a considerar a criação como dom de Deus, como único criador”.

Na *Exortação Apostólica Pós-sinodal* (2003), o Papa insiste no respeito pelo ambiente e a salvaguarda da criação²⁰ e, num tom dramático, reinterpreta o famoso texto de Rm 8,22: “O ‘gemido das criaturas’, a que alude o Apóstolo (cf. Rm 8,22), hoje parece verificar-se numa perspectiva invertida, porque se trata não já duma tensão escatológica na expectativa da revelação dos filhos de Deus (cf. Rm 8,19), mas dum espasmo de morte que tende a agarrar o próprio homem para destruí-lo”. E conclama

¹⁹. PONTIFÍCIO CONSELHO COR UNUM, Sobre a fome, em: SEDOC 29 (1966-1997) 398-455.

²⁰. Cf. SEDOC 36 (2003-2004) 479-480.

os bispos a assumirem na pregação a tarefa de uma *conversão ecológica*: “Há necessidade, pois, duma *conversão ecológica*, para a qual os Bispos hão de dar a sua contribuição ensinando a correta relação do homem com a natureza. À luz da doutrina sobre Deus-Pai, criador do céu e da terra, vê-se que se trata duma relação ‘ministerial’: o homem está efetivamente colocado no centro da criação, como ministro do Criador” (n. 70).

2. Outros pronunciamentos do Vaticano

Durante a 21ª Congregação geral do Sínodo dos bispos (1971), o Presidente deu a palavra a Bárbara Ward, membro da Comissão “Justiça e Paz” e assistente do Secretário para o tema da justiça no mundo, que fez a seguinte intervenção: “O problema da utilização dos recursos naturais é parte de outro problema mais amplo. Muito consumo significa muito desperdício. Com demasiada frequência, os restos das economias de alto nível de consumo contaminam não só as águas e o ar dos mesmos países ricos, mas se espalham pelos oceanos e, segundo parece, já estão causando um aumento de temperatura de todo o planeta. Se são estas as consequências do alto nível de vida de somente uma quarta parte da humanidade, o que poderia chegar a acontecer a nosso velho planeta se as outras três partes alcançarem os mesmos níveis econômicos? Não podemos isolar nossas atividades econômicas dos ares, oceanos e águas de que depende, em última instância, toda a vida do planeta. Chegamos a um ponto em que o risco de uma contaminação excessiva da biosfera se converte em realidade”.²¹ O alerta é levantado no contexto da distribuição das riquezas.

O Pontifício Conselho das Comunicações Sociais, no documento *A importância da publicidade*, fala sobre a “Ética na publicidade” (22/02/1997), que repercute no problema ecológico: “A publicidade que promove um estilo de vida desregrado, a custo do desperdício dos recursos e do saque do ambiente, causa graves danos à ecologia”. Cita João Paulo II, *Centesimus Annus*, n. 37: “O homem, tomado pelo desejo de possuir e de gozar, mais do que de ser e de crescer, consome de modo excessivo e desordenado os recursos da terra e a sua própria vida. Ele pensa poder dispor arbitrariamente da terra, submetendo-a sem reservas à própria vontade, como se ela não tivesse uma forma própria e uma destinação anterior que lhe foi dada por Deus, que o homem pode, sim, desenvolver, mas não deve trair”... “Os publicitários, bem como os profissionais empenhados em outras formas de comunicação social, têm o

²¹. *Responsabilidade cristã para justiça no mundo*, em: SEDOC 4 (1971-1972) col. 1076.

dever primário de exprimir e promover uma visão autêntica do desenvolvimento humano nas suas dimensões materiais, culturais e espirituais. A comunicação que responde a este princípio se revela, entre outras coisas, como verdadeira expressão de solidariedade”.

O *Pontifício Conselho da Justiça e da Paz*, ao se pronunciar sobre a reforma agrária (23/11/1997), aponta a má distribuição das terras como uma das causas da degradação ambiental: “As desigualdades na distribuição da propriedade da terra incluem, por fim, um processo de degradação ambiental dificilmente reversível, para o qual concorrem a degradação do solo, a redução de sua fertilidade, a grande exposição ao perigo de aluviões, ao rebaixamento do nível freático, o assoreamento de rios e lagos, e outros problemas ecológicos. Frequentemente incentivado, com incentivos fiscais e crediários, o desmatamento de grandes áreas para dar lugar a formas de criação extensiva e à atividade minerária ou à industrialização de matéria lenhosa, mas sem prever planos de recomposição ambiental ou, quando existem, não são executados. Também a pobreza se alia à degradação ambiental, num círculo vicioso, quando os pequenos agricultores, expropriados pelas grandes propriedades e os pobres sem terra são obrigados, na busca de novas terras, a ocupar aquelas já degradadas, como as terras de encostas, destruindo o patrimônio florestal para exercer a agricultura”. Neste contexto lembra a mensagem bíblica sobre o cuidado da terra, tarefa que o ser humano recebeu do Criador, segundo Gn 1,26-28: “A primeira tarefa que Deus lhe dá – evidentemente, uma tarefa fundamental – diz respeito à atitude que assumir de frente à terra e a todas as criaturas. ‘Subjugar’ e ‘dominar’ são dois verbos que podem ser facilmente mal interpretados e até parecer uma justificação daquele domínio despótico e desenfreado que não se preocupa com a terra nem com seus irmãos, mas apenas com própria vantagem. Na realidade, ‘subjugar’ e ‘dominar’ são verbos que, na linguagem bíblica, servem para descrever o domínio do rei sábio, que cuida do bem-estar de todos os seus súditos... O homem é posto no jardim para cultivá-lo e guardá-lo (cf. Gn 2,15), para poder assim nutrir-se dos seus frutos”.²²

3. Pronunciamentos e documentos da Igreja no Brasil

O tema da ecologia tem sido tratado, de modo especial, em algumas Campanhas da Fraternidade (CF), de que, abaixo, brevemente, nos ocuparemos.

²². *Enchiridion Vaticanum*, v. 16, EDB, Bologna 1999, p. 1189-119, n. 21-22.

3.1 Campanha da Fraternidade de 1979

O tema da CF de 1979 era: “Por um mundo mais humano”, e o lema: “Preserve o que é de todos”. Como textos para a reflexão bíblica são citados, entre outros: Gn 1-2 (relato da criação), Gn 3,17-18 (a natureza e o pecado do homem), Sl 8 (o homem administrador da criação), Sl 23,1-2 (Deus, o Senhor da natureza), Sl 103 (poema da criação), Eclo 39,12-35 (hino ao Criador), Eclo 42,22-43,26 (as obras do criador), Is 24,5-6 (pecado do homem e maldição da terra), Is 58,18 (beleza e equilíbrio da criação), Is 65,17-25 (nova criação), Dn 3,51-90 (cântico dos 3 jovens), Rm 8,19-23 (o desejo da natureza), 2Pd 3,7-13 (novos céus e nova terra), Ap 21-22 (o novo céu a nova terra).

Na *seção ver*, justifica-se a escolha do tema para a CF, pois “a ecologia é um tema profundamente fraterno” e “a natureza criada por Deus é destinada a todos os homens. Destruí-la e prejudicá-la é, portanto, um ato nocivo ao próximo”. O texto lembra que nos últimos séculos o homem passou de dominado pelas forças da natureza a dominador. Mas este domínio, pela industrialização e tecnologias transformou-se em risco de destruição da natureza: destruição de florestas, provocando aluviões, enchentes e secas, ameaçando a própria espécie humana. A preocupação da Igreja acompanha a dos cientistas, que enumeram cinco fontes causadoras da degradação ambiental: o crescimento da população, a utilização de recursos naturais, a produção de alimentos, a produção industrial e a poluição. A *poluição da miséria* está relacionada à fome, à carência de saneamento básico, à falta de moradia, às favelas. A *poluição da riqueza* está ligada ao mundo industrializado, à devastação das florestas, ao uso do petróleo como combustível e para a locomoção, à especulação imobiliária, à espoliação dos recursos da natureza e à exploração injusta dos pobres. Outros fatos alarmantes: escassez de água potável, desmatamento, extinção de animais, a crescente urbanização, o dióxido de carbono produzido pelos combustíveis fósseis, os detritos e o lixo nuclear.

Na *seção julgar*, como de praxe à luz da Bíblia, são lembradas as “verdades bíblicas e teológicas”, como a vocação da natureza ao equilíbrio (cf. Gn 3,27; Rm 8,21; Ap 21,22; Ef 1,20; Cl 4,20), sua destinação universal²³ e a responsabilidade do homem como seu administrador. Os textos bíblicos citados são: Gn 1,26-31; 2,15.19; Sl 8,5-8; Mt 21,33-44; Lc 16,1-9; Mt 25,14-30. Lembram-se também as palavras de Paulo VI na sua mensagem ao 5º Dia Mundial do Ambiente (05/06/1977), na qual o Papa

23. Cf. PAULO VI, *Mensagem à Conferência sobre o Ambiente* (01/06/1972), na qual o Papa insiste sobre o destino universal dos bens da natureza.

proclama os homens como “guardas da criação de Deus”, mas sem “um domínio despótico sobre o ambiente humano”, de modo que o crescimento material seja acompanhado da prudente moderação no uso dos alimentos terrestres e de uma verdadeira pobreza de espírito. Governar a natureza não significa destruí-la, mas aperfeiçoá-la, para que o mundo não se torne um caos inabitável mas uma bonita casa, na qual todas as coisas sejam respeitadas.

Na *secção agir* o texto lembra: a superação do egoísmo, do consumismo e da ganância de possuir, o respeito à natureza, a exemplo de São Francisco de Assis, padroeiro da Ecologia. Propõe também que noções de ecologia sejam introduzidas nas escolas, na catequese, nos meios de comunicação, nas comunidades eclesiais, na pregação e nas celebrações. Outros conselhos: plantar flores, cuidar da atmosfera, evitar derrubada desnecessária de árvores, fazer o reflorestamento, evitar a caça aos animais, cuidar da água e do lixo.²⁴

3.2 Campanha da Fraternidade 1984

O tema da Campanha era “Deus, fonte de vida” e o lema, “Para que todos tenham vida”. Nos n. 25-26 aborda brevemente a problemática ecológica, alertando que o futuro da vida na Terra corre perigo. Indícios deste perigo são a destruição das florestas, o envenenamento da terra, dos alimentos e das águas pelo uso de inseticidas, a Amazônia ameaçada etc. Reforça o que já foi tratado na CF de 1979. Na reflexão bíblica explicita o tema “Deus, fonte de vida”: Deus como princípio absoluto da vida (Ap 1,17-18; Gn 2,7; 1,27-31; Gn 3,16-19); Deus quer a vida e não a morte (Ez 18,32; Sb 1,12; Dt 30,19-20); Deus é o defensor da vida (Ex 3,7-8).

3.3 Campanha da Fraternidade 2004

O tema era “Fraternidade e água” e o lema, “Água, fonte de vida”. Foi talvez uma das Campanhas da Fraternidade que teve maior impacto na população, sobretudo católica. Apesar da abundância de água doce no Brasil, estamos sentindo a sua importância para a nossa vida e a vida dos seres vivos como um todo. É evidente a degradação das águas no Brasil, em razão da poluição por dejetos urbanos, inseticidas, pesticidas, lixo industrial. A água está se tornando objeto de desperdício e de ganância.

O objetivo geral da CF-2004 é assim especificado: “Conscientizar a sociedade de que a água é fonte de vida, uma necessidade de todos os seres vivos e um direito da pessoa humana, e mobilizá-la para que esse

²⁴. Veja: CNBB, CF-19 – *Texto Base. Por um mundo mais humano*, p. 6-18.

direito à água com qualidade seja efetivado para as gerações presentes e futuras”. Vale a pena também citar alguns dos objetivos específicos visados: desenvolver uma mística ecológica e resgatar o valor da água nos seus fundamentos mais profundos; apoiar e valorizar as iniciativas já existentes no tocante ao cuidado da água; provocar e alimentar a solidariedade entre os que têm e os que não têm água e defender a participação popular na elaboração de uma política hídrica, para que a água seja, de fato, de domínio público. Estes objetivos específicos, se concretizados, significarão um grande benefício e avanço no cuidado deste dom de vida que é a água.

Na *secção ver* é analisada a crise da água, com bastante amplidão e informações técnicas. Na *secção julgar* procura-se recuperar as tradições religiosas locais, as perspectivas bíblicas (ilustradas com inúmeros textos) e teológicas, aprofundando as exigências éticas. Na *secção agir* indica-se dezenas de possibilidades de ação, do ponto de vista religioso, celebrativo, educacional e social, ações que podem levar a uma conscientização sobre o valor da água e a necessidade do cuidado em preservar este bem comum.

3.4 Campanha da Fraternidade 2007

O tema proposto foi “Fraternidade e Amazônia” e o lema, “Vida e missão neste chão”²⁵. Esta Campanha visava preservar a riquíssima “sociobiodiversidade” contra todas as formas de devastação, movidas pela avarícia do lucro. De fato, é consenso generalizado que “a Amazônia constitui-se num fator de equilíbrio essencial para todo o planeta e que a vida da região tem a ver com a qualidade de vida global da Terra”. O objetivo geral da CF-2007 é assim delineado: “Conhecer a realidade em que vivem os povos da Amazônia, sua cultura, seus valores e as agressões que sofrem por causa do atual modelo econômico e cultural, e lançar um chamado à conversão, à solidariedade, a um novo estilo de vida e a um projeto de desenvolvimento à luz dos valores humanos e evangélicos, seguindo a prática de Jesus no cuidado com a vida humana, especialmente a dos mais pobres, e com toda a natureza”. Para se alcançar este objetivo geral são propostas sete ações práticas (objetivos específicos), capazes de preservar a biodiversidade deste patrimônio da humanidade, que é a Amazônia, defendendo a riqueza cultural e o bem-estar das populações que ali vivem.

²⁵. Veja: CNBB, *Campanha da Fraternidade de 2007: Fraternidade e Amazônia – Texto-Base*, Salesiana, São Paulo 2007.

4. Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida

4.1 Medellín (1968)

Medellín significou para a América Latina (AL) a recepção do Concílio Vaticano II, como o diz o tema da Conferência: “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio”²⁶. Ao tratar da promoção humana e da justiça (n. 1.3), dá a seguinte fundamentação doutrinária: “O mesmo Deus que criou o homem à sua imagem e semelhança, criou a terra e tudo o que nela existe, para uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens criados possam bastar a todos de maneira mais justa (GS 69), e dá poder ao homem para que solidariamente transforme e aperfeiçoe o mundo” (Gn 1,29). Como se vê, falta ainda a percepção de que Deus deixou os bens da Terra para todos os seres vivos e não apenas para todos os seres humanos.

4.2 Puebla (1979)

Puebla pode ser considerada a recepção das linhas básicas da evangelização na AL delineadas em Medellín. De fato, já não se faz a ligação com o Vaticano II, mas com o nosso contexto, como se vê no título: “A Evangelização no presente e no futuro da América Latina”. O documento dos Bispos latino-americanos aborda várias vezes a questão da ecologia:

– n. 139: “Se não mudarem as tendências atuais continuará a deteriorar-se a relação do homem com a natureza pela exploração irracional de seus recursos e a contaminação do ambiente, com o aumento de graves prejuízos para o homem e para o equilíbrio ecológico”.

– n. 327: Pede que “o domínio, o uso e a transformação dos bens da terra, da cultura, da ciência e da técnica” se realizem “em um justo e fraterno domínio do homem sobre o mundo, tendo-se em conta o respeito da ecologia”.

– n. 386: Pede o cultivo da relação com a natureza (cf. GS, 53).

– n. 496: Denuncia os efeitos desastrosos da industrialização, da urbanização e do consumismo alarmantes: “Importa tomar consciência dos efeitos devastadores da industrialização descontrolada e da urbanização que vai tomando proporções alarmantes. O esgotamento dos recursos naturais e a contaminação do ambiente constituirão problema dramático. Afirmamos uma vez mais a necessidade de uma profunda revisão da tendência consumista das nações mais desenvolvidas; cumpre levar em consideração as necessidades elementares dos povos pobres que formam a maior parte do mundo”.

²⁶. CELAM, *Documentos do CELAM. Rio, Medellín, Puebla e Santo Domingo* (Documentos da Igreja – 8), Paulus, São Paulo 2004, p. 73-224.

– n. 1236: Entre os objetivos, opções e estratégias, Puebla aponta o seguinte princípio orientador: “Preservar os recursos naturais criados por Deus para todos os homens, a fim de transmiti-los como herança às gerações vindouras”.

4.3 Santo Domingo (1992)

O tema da Conferência foi a “Nova evangelização, promoção humana e cultura cristã”²⁷. Este documento não seguiu o método tradicional ver, julgar e agir²⁸. Mesmo assim, entre os desafios que a Igreja na América Latina e no Caribe deve enfrentar citam-se:

– a defesa da vida diante da presença destruidora de uma cultura de morte;

– a ecologia: a natureza como dom de Deus que temos que cuidar e desenvolver com critérios éticos, com proposta de desenvolvimento sustentável;

– a terra, considerada como dom de Deus e lugar sagrado, sobretudo para os indígenas, que deve ser distribuída com justiça, favorecendo os excluídos.

O n. 169 sublinha o motivo da sacralidade da natureza: “A criação é obra da Palavra do Senhor e da presença do Espírito, que desde o início, pairava sobre tudo o que foi criado (Gn 1-2). *Essa foi a primeira aliança de Deus conosco* (grifo nosso). Quando o ser humano, chamado a entrar nesta aliança de amor, se nega, o pecado do homem afeta sua relação com Deus e com toda a criação”.

Como desafios, Santo Domingo cita a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro, que pôs em relevo mundial a gravidade da crise ecológica. Cita o problema das grandes cidades, a perda das terras por parte de populações indígenas, o desmatamento e as queimadas, sobretudo, na Amazônia. Para enfrentar estes problemas propõe-se o desenvolvimento sustentado, para atender as necessidades presentes sem comprometê-las no futuro. A quem atenderá este desenvolvimento? Não pode ser feito em detrimento das maiorias empobrecidas do mundo. É necessário adotar

²⁷. CELAM, *Documentos do CELAM. Rio, Medellín, Puebla e Santo Domingo. Santo Domingo – 1992. Nova Evangelização, promoção humana e cultura cristã. “Jesus Cristo ontem, hoje e sempre”* (Hb 13,8) (Documentos da Igreja – 8), Paulus, São Paulo 2004, p. 585-782.

²⁸. Ramon CAZALLAS SERRANO, *A conferência de Santo Domingo, 1992*, em: *Pelos caminhos da América. Os desafios da Missão à luz das Conferências do CELAM*, Missões, São Paulo 2007, 26-33.

critérios éticos, uma ética ecológica que abandone o utilitarismo e individualismo, que frise o destino universal dos bens da criação, a promoção da justiça e da solidariedade.

Aponta também algumas linhas pastorais para os cristãos:

- começando com as crianças e os jovens, promover uma “reeducação de todos diante do valor da vida e da interdependência dos diversos ecossistemas”;

- cultivar uma espiritualidade que recupere o sentido da presença de Deus na criação, explicitando a nova relação estabelecida pelo mistério da encarnação, pela qual Cristo assumiu tudo o que foi criado;

- valorizar a *nova plataforma de diálogo que a crise ecológica criou* (grifo nosso), e questionar a riqueza e o desperdício;

- aprender com os pobres a viver com sobriedade e com a sabedoria dos indígenas para preservar a natureza como ambiente de vida para todos;

- aprofundar a mensagem do santo Padre por ocasião da jornada mundial da paz, aprendendo o que seja “ecologia humana”. São Francisco, no seu amor aos pobres e à natureza, pode inspirar o caminho de reconciliação com a criação e com todos os homens, caminho de justiça e de paz.

O Documento aborda, no n. 171, o *tema da terra como dom de Deus*: “Do Senhor é a terra e o que nela existe, o mundo e seus habitantes” (Sl 24,1) é afirmação de fé que percorre toda a Bíblia e confirma a crença de nossos povos de que a terra é o primeiro sinal da Aliança de Deus com o homem. De fato, a revelação bíblica nos ensina que, quando Deus criou o homem, colocou-o no jardim do Éden para que o cultivasse e o cuidasse (Gn 2,15) e dele fizesse uso (Gn 2,16), indicando-lhe ‘alguns limites’ (Gn 2,17) que recordariam sempre ao homem que ‘Deus é o Senhor e criador, e dele é a terra e tudo que nela existe’ e que ele a pode usar não como dono absoluto, mas como administrador”. Neste sentido o texto lembra o respeito que as culturas indígenas têm pela terra.

Ao tratar do diálogo com as religiões não-cristãs (n. 138), como linha pastoral, propõe: “Promover ações em favor da paz, da promoção e defesa da dignidade humana, bem como a cooperação em defesa da criação e do equilíbrio ecológico, como forma de encontro com outras religiões”.

4.4. Aparecida

A questão ecológica é tratada em diferentes momentos e sob diversos ângulos no Documento de Aparecida²⁹.

Ao tratar da situação econômica, propõe um desenvolvimento global e solidário que não se sobreponha às outras dimensões humanas, mas que esteja a serviço da pessoa humana, criada à imagem e semelhança de Deus (*Discurso inaugural de Bento XVI*), nem se coloque acima da preservação da natureza: “Com muita frequência se subordina a preservação da natureza ao desenvolvimento econômico, com danos à biodiversidade, com o esgotamento das reservas de água e de outros recursos naturais, com a contaminação do ar e a mudança climática. As possibilidades e eventuais problemas da produção de agro-combustíveis devem ser estudadas, de tal maneira que prevaleça o valor da pessoa humana e de suas necessidades de sobrevivência. A América Latina possui os aquíferos mais abundantes do planeta, junto com grandes extensões de território selvagem, que são pulmões da humanidade. *Assim se dão gratuitamente ao mundo serviços ambientais que não são reconhecidos economicamente* (grifo nosso). O estilo de vida dos países desenvolvidos seria o principal causador do aquecimento global” (n. 66).

No dicionário dos bispos em Aparecida entrou também a expressão “*desenvolvimento sustentável*”. Assim, ao tratar do destino universal dos bens e da ecologia, pede-se o respeito para com a “nossa irmã e mãe terra” (Francisco de Assis, *Cântico das Criaturas* 9), que “é nossa casa comum e o lugar da aliança de Deus com os seres humanos e com toda a criação³⁰. Desatender as mútuas relações e o equilíbrio que o próprio Deus estabeleceu entre as realidades criadas, é uma ofensa ao Criador, um atentado contra a biodiversidade e, definitivamente, contra a vida” (n. 125). O desenvolvimento deve visar o bem da pessoa humana: “A melhor maneira de respeitar a natureza é promover uma ecologia humana aberta à transcendência que, respeitando a pessoa e a família, os ambientes e as cidades, segue a indicação paulina de recapitular as coisas em Cristo e de louvar com Ele ao Pai (cf. 1Cor 3,21-23)” (n. 126).

Deus entregou o mundo para todos, para as gerações presentes e futuras. Por isso, o Documento frisa o destino universal dos bens. Como os recursos naturais são limitados, devemos ser solidários com as gerações presentes e futuras, respeitando sempre o desenvolvimento sustentável (n. 126).

²⁹. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, CNBB/Paulus/Paulinas, São Paulo 2007.

³⁰. Faltou citar Gn 8,21-22 e 9,12-17!

A ecologia e a proteção da natureza são vistas como um dos novos areópagos da evangelização (n. 491). “Devemos promover a geração de uma ‘cultura da paz’, que seja fruto de um desenvolvimento sustentável, equitativo e respeitoso da criação” (n. 542).

Na sua pastoral social, a Igreja deve “elaborar ações concretas que tenham incidência nos Estados para a aprovação de políticas sociais e econômicas que atendam às várias necessidades da população e que conduzam para um desenvolvimento sustentável” (n. 403). “São muito importantes os espaços de participação da sociedade civil para a vigência da democracia, uma verdadeira economia solidária e um desenvolvimento integral, solidário e sustentável” (n. 406a). No afã de um desenvolvimento necessário para os povos da AL é preciso evitar a devastação das florestas e a contaminação da água (n. 473).

A ecologia é também abordada quando o documento fala da biodiversidade, uma das riquezas da América Latina, especialmente da Amazônia e da Antártida (n. 83-97). Ela está associada à riqueza das culturas, com seus conhecimentos de medicina natural, muitas vezes ilicitamente apropriados e patenteados por indústrias farmacêuticas e de biogenética (n. 83). Decide-se sobre a riqueza da biodiversidade e da natureza sem consulta às nações tradicionais; a terra é maltratada, a água é considerada uma mercadoria a ser disputada pelas grandes potências. Neste contexto lembra-se o discurso de Bento XVI aos jovens no Pacaembu (São Paulo), no qual ele denuncia a devastação ambiental da Amazônia, o desrespeito à dignidade de seus povos e convoca os jovens a um maior compromisso (n. 84-85). A agressão ao meio-ambiente pode se tornar um pretexto de internacionalização da Amazônia, com inconscientes interesses de grupos internacionais (n. 86). O aquecimento global já se faz sentir pelo retrocesso de geleiras, pelo degelo do Ártico.

Os bispos estão preocupados não apenas em preservar o ambiente, mas convocam todos “*a dar graças pelo dom da criação*, reflexo da sabedoria e beleza do Logos criador”, lembrando que o Deus da vida confiou ao ser humano sua obra criadora para que “a cultivasse e a guardasse (Gn 2,15)”. Jesus nos ensina a observar como o Pai alimenta e embeleza as criaturas e nos convida “a reconhecer a mensagem escondida nas coisas (cf. Lc 12,24-27; Jo 4,35)” (n. 470). Devemos aprender das populações indígenas o seu respeito pela natureza e pelo amor à mãe terra, tão dilapidada pelo atual modelo econômico (n. 470-473).

Diante da situação desastrosa do meio ambiente, no n. 474 os bispos fazem algumas *propostas e orientações*:

a) Evangelizar nossos povos para que descubram o dom da criação, sabendo contemplá-la e cuidar dela, como a casa de todos os seres vivos e matriz da vida no planeta, a fim de exercitarem responsabilmente

o senhorio humano sobre a terra e sobre os recursos, para que possam render todos os seus frutos com destinação universal, educando para um estilo de vida de sobriedade e austeridade solidárias.

b) Aprofundar a presença pastoral nas populações mais frágeis e ameaçadas pelo desenvolvimento predatório, e apoiá-las em seus esforços, para conseguir equitativa distribuição da terra, da água e dos espaços urbanos.

c) Procurar um modelo de desenvolvimento alternativo, integral e solidário, baseado em uma ética que inclua a responsabilidade por uma autêntica ecologia natural e humana, que se fundamenta no evangelho da justiça, da solidariedade e do destino universal dos bens.

d) Empenhar nossos esforços na promulgação de políticas públicas e participações cidadãs, que garantam a proteção, conservação e restauração da natureza.

e) Determinar medidas de monitoramento e controle social sobre a aplicação dos padrões ambientais internacionais nos países.

Por fim, para conscientizar sobre a importância da Amazônia, os bispos propõem uma “pastoral de conjunto com prioridades diferenciadas, para criar um modelo de desenvolvimento que privilegie os pobres e sirva para o bem comum” (n. 475).

5. Conclusão

Deste exame superficial que fizemos, perpassando os principais documentos ou pronunciamentos da Igreja referentes à questão ecológica, podemos tirar algumas conclusões:

1) A Igreja caminha junto com a sociedade, acompanhando a problemática da ecologia.

2) Há belos ensinamentos no magistério de Paulo VI e de João Paulo II sobre a questão ecológica.

3) O uso de textos bíblicos relacionados com a ecologia (criação) é bastante abundante nos documentos da Igreja, mas falha no Documento de Aparecida. Esta deficiência no uso de textos bíblicos talvez se explique pelo próprio tema escolhido (discípulos e missionários), centrado mais em Cristo, na redenção e missão. O Pai Criador ficou meio esquecido. Com isso, o tratado da Criação ficou em segundo lugar e o cuidado da criação não foi bem colocado dentro da missão evangelizadora. Assim se explicam as poucas citações bíblicas relacionadas com a criação, consequentemente, com a ecologia.

4) Merece destaque, porém, no DAp, a importância que se dá ao aspecto celebrativo da criação, vista como um dom de Deus, precioso e sagrado.

5) Reforçando o aspecto celebrativo da criação, a meu ver, deveríamos incluir mais o tema da criação e da ecologia em nossas pregações. Por que não valorizar, por exemplo, a unção pós-batismal – embora facultativa – com o óleo da Crisma? Como cristãos, somos “sacerdotes, profetas e reis da criação”.

6) Entre as Campanhas da Fraternidade, muito importante, do ponto de vista da ecologia, é a de 1979. A de 1984, um pouco menos. A de 2004 foi boa pelo impacto pastoral prático causado.

7) Quanto ao aspecto da ecologia, destacam-se mais os Documentos de Puebla e de Santo Domingo. O Documento de Aparecida, embora valorize o aspecto celebrativo da criação, poderia ser mais incisivo em alguns posicionamentos, dada a gravidade da situação ambiental em que vivemos.

8) Chama a atenção a reinterpretação dada pela *Exortação Apostólica pós-sinodal* (2003) sobre Rm 8,22: O gemido das criaturas hoje parece verificar-se numa “perspectiva invertida, porque se trata não já duma tensão escatológica na expectativa da revelação dos filhos de Deus (cf. Rm 8,19), mas dum espasmo de morte que tende a agarrar o próprio homem para destruí-lo”.

9) Desafios:

a) Como foram implementadas as belas propostas práticas de Puebla e de Santo Domingo? O que faremos com as propostas de Aparecida?

b) Tarefa urgente: cuidar do Planeta Terra para que as gerações futuras o tenham em condições melhores do que as atuais.

c) Desenvolvimento sustentável.

d) Ser solidário e parcimonioso no uso dos bens. Ser mais “franciscano”...

e) A conversão ecológica: respeitar a natureza como dom de Deus, cuidar, economizar, poupar, reciclar.

Ludovico GARMUS

garmus@itf.org.br

Petrópolis, RJ

BRASIL